

**A CRIAÇÃO DA PÓS-VERDADE E DE PROCESSOS DE MANIPULAÇÃO DAS MASSAS
COMO EXPRESSÃO DE CORTES EPISTEMOLÓGICOS DA REALIDADE E DA MISÉRIA
DA RAZÃO.**

**LA CREACIÓN DE LA POST-VERDAD Y DEL PROCESO DE MANIPULACIÓN DE LAS
MASAS COMO EXPRESIÓN DE LOS RECORTES EPISTEMOLÓGICOS DE LA
REALIDAD Y DE LA MISERIA DE LA RAZÓN.**

**THE CREATION OF POST-TRUTH AND MASS MANIPULATION AS AN EXPRESSION
OF EPISTEMOLOGICAL CUTS OF REALITY AND MISERY OF REASON.**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.35690>

Átila de Menezes Lima¹

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir acerca de como os cortes epistemológicos da realidade, ou seja, a negação da mesma enquanto totalidade, podem servir como estratégias políticas e econômicas da direita para legitimar suas práxis, sobretudo na conjuntura de crise do capital, contribuindo com a ascensão da miséria da razão. Desta forma os cortes epistemológicos criam uma realidade parcial e manipulada pelo intelecto subjetivista, negando a objetividade concreta dos fatos, fazendo com que surjam manipulações de massas a partir da criação do descrédito da razão, da criação da pós-verdade e tentativas de reescrever a história.

Palavras chave: Cortes epistemológicos – Totalidade – Manipulação.

Resumen: El artículo pretende reflejar a cerca de como los cortes epistemológicos de la realidad, o sea, la negación de esta como totalidad, pueden ser utilizados como estrategias políticas y económicas de la derecha para legitimar su praxis, principalmente en la coyuntura de crisis del capital, contribuyendo con el ascenso de la miseria de la razón. De esta forma estos cortes epistémicos desarrollan un realidad fraccionada y manipulada por el intelecto subjetivista, negando la objetividad concreta de los hechos, haciendo con que surjan manipulaciones de masas de población que fundamentan la creación descrédito de la razón, de creación de posverdad y intentos de reescribir la historia.

Palabras Chave: Cortes epistemológicos – Totalidad - Manipulación

Abstract: The paper aims to reflect on how the epistemological cuts of reality, that is, the negation of reality as a whole, can serve as the right-wing positions on economic politics issues to legitimize its praxis, especially in the context of the capitalist crisis, contributing to the rise of the misery of reason. Thus, the epistemological cuts create a partial reality and influenced by the subjectivist intellect, denying the concrete objectivity of the facts, causing manipulation of mankind to arise from the creation of the discredit of reason, the creation of the post-truth and attempts to rewrite history.

Key words: Epistemological cuts – Totality - Manipulation

Introdução

A atual conjuntura de crise societária (MÉSZÁROS, 2002), reflete diretamente num esvaziamento das vidas e aprofunda a “miséria da razão”². A negação dos pressupostos racionais, da objetividade e do movimento da história enquanto totalidade, são substituídos por interpretações

subjetivistas sem mediações com o todo, surgindo daí os discursos da pós-verdade, pautados na negação da realidade concreta, que é substituída por interpretações subjetivas. Na prática, existe um projeto de relativização do real a partir de achismos.

Por conseguinte, surgem discursos contra a ciência e a mesma é utilizada para legitimar sua negação a partir dos cortes epistemológicos, de leituras gnosiológicas, da transformação da realidade em representações individuais, em recortes subjetivos. Este é um movimento perigoso praticado em diversas situações, que vão desde a manipulação de massas, feitas pelas grandes mídias (e seus pressupostos ideológicos), que criam e destroem imagens ao seu bel prazer e vendem modos de vida pelo consumo dirigido Lefebvre (1991), ou pelo capitalismo manipulatório (LUKÁCS, 1969). Identificamos a manipulação da realidade por recortes parciais nos discursos a favor das “reformas” trabalhistas e da previdência, assim como em manipulações jurídicas a partir da lógica da exceção. Cortes da realidade ou mesmo a falsificação da mesma são utilizados na manipulação de informações na forma de *Fake News*, e na distorção de fatos históricos concretos, instrumentalizando, assim, a guerra híbrida. Como resultado, temos a transformação do real em um recorte pontual e descontextualizado para depois ser transformado em uma grande generalização.

Deste modo, temos o seguinte procedimento: primeiramente pega-se um fato e/ou acontecimento, isola-o do todo, recorta-o em fragmentos, descontextualiza-o da história objetiva, que por sua vez, é transformada em uma opinião subjetivista para posteriormente ser apresentada de forma generalizada, como se tudo fosse igual. Isto é uma constante em nosso cotidiano, vai desde manipulações estatísticas da macroeconomia para “reformas” econômicas, e perpassa as manipulações dos discursos, onde é retirado somente um fragmento do mesmo e são aferidas interpretações subjetivistas. Igualmente ocorre na edição de vídeos, cujos fatos são descontextualizados e desistoricizados para se criar a narrativa desejada. Quem nunca assistiu aos vídeos generalistas editados pelos militantes do “messias” salvador do Brasil, ou leu as teorias conspiratórias e manipulações extraordinárias que “conseguem” até “transformar” o governador João Doria e a Rede Globo em “comunistas”? Presenciamos uma nítida negação da realidade concreta, do mundo objetivo, por uma manipulação da subjetividade, pautadas na desqualificação da ciência em nome de opiniões e experiências individuais. Isto tudo é fruto da miséria da razão e da crise do capital de nossos tempos.

Na prática, os recortes da realidade são usados em “reformas” econômicas, assim como, em tentativas de destruição de reputações de pessoas e instituições, a exemplo dos ataques às universidades públicas e ao funcionalismo público brasileiro. Também é utilizado em retóricas ordinárias visando igualar fatos históricos diferentes em iguais, ignorando as particularidades e as conjunturas históricas. Isto, além de ser perigoso, é um fatalismo histórico e uma generalização metafísica da história.

Cito, ainda, a utilização de cortes epistemológicos por parte de professores acadêmicos, que em suas produções optam em colocar a realidade entre “parêntese” em nome de narrativas subjetivistas e critérios apriorísticos de análise da realidade criando, muitas vezes, uma camisa de força para encaixá-la em modelos e tipos ideais como narrado por Lukács em seu diálogo com Scheler sobre a fenomenologia:

Quando Scheler me visitou em Heidelberg, na época da Primeira Guerra Mundial tivemos sobre o tema uma conversa interessante e característica. Scheler sustentou a posição de que a fenomenologia seria um método universal, que poderia ter tudo como objeto intencional. “Pode-se, por exemplo”, explicou Scheler, “promover investigações fenomenológicas sobre o Diabo; para isso só se precisa primeiramente colocar a questão da existência do Diabo entre parênteses.” “É claro”, respondi, e quando o senhor tiver terminado de compor a imagem fenomenológica referente ao Diabo, o senhor abrirá os parênteses – e o Diabo em pessoa estará parado diante de nós.” Scheler riu, deu de ombros e nada respondeu. (LUKÁCS, 2012, p.82).

Neste caso, temos a nítida negação da objetividade por uma manipulação do real pelo intelecto humano. Sobre esta questão Coutinho assevera que

O intelecto manipulador, assim, substitui a dialética de continuidade e descontinuidade (e suas mediações) por uma sucessão metafísica de sínteses formalistas e pseudo-homogêneas. Se o conhecimento não é reprodução da realidade objetiva, num processo de crescente aproximação, mas o produto de uma estrutura combinatória fetichizada, não se pode escapar a um empobrecimento: a substituição do cinema pela lanterna mágica. (COUTINHO, 2010, p.211).

Essa é uma práxis constante do “fazer ciência” hoje, optando-se por deixar a realidade de lado e fazer ciência com “c” minúsculo. Este texto objetiva demonstrar como os cortes epistemológicos da realidade, a negação da totalidade e da dialética, contribuíram e contribuem para a práxis reacionária das forças políticas conservadoras. Para tanto trago reflexões ontológicas sobre a coisa em si e a transformação da mesma em representações do real por determinadas perspectivas metodológicas e autores; discuto como a negação subjetivista da realidade enquanto totalidade, se transformou em um grande instrumento de manipulação e práxis política para a direita, evidenciada em alguns fatos ocorridos no Brasil recentemente. Por fim, pelas mediações do materialismo histórico dialético correlacionamos os elementos da crise do capital com a miséria da razão, demonstrando suas relações na manipulação da realidade, favoráveis para as “reformas” econômicas e condução das massas no Brasil.

A morte da coisa em si e a abertura para miséria da razão: elementos fundamentais para a manipulação da realidade.

A transformação do real, da coisa em si historicamente datada, em uma representação individual, uma experiência vivida dos indivíduos de forma subjetiva não é nova, data de séculos passados (XVIII e XIX) donde citaremos o idealismo subjetivista de Nietzsche quando afirmou que “não há fatos, só interpretações”. Para Nietzsche (1974) a coisa em si era vazia de significação e a verdade era tida como utilidade. São estas as bases e fundamentos das teorias estruturalistas e pós-estruturalistas da linguagem e do discurso que tendem a matar a história enquanto processos e mediações concretas, por interpretações subjetivistas. De acordo com Lukács (2012, p.285), Kant é outra personalidade que contribuiu para esta distorção e negação da perspectiva ontológica do real.

Este (Kant) contestara a chamada prova ontológica de um ponto de vista lógico-gnosiológico, cortando qualquer vinculação necessária entre representação e realidade, negando de modo absoluto todo caráter ontologicamente relevante do conteúdo. (LUKÁCS, 2012, p.284).

Podemos acrescentar a esta reflexão a afirmativa de Lukács (1969) em entrevista com Kofler ao assinalar que

“para Kant, na realidade que para nós é propriamente real, desaparece a distinção entre fenômeno e essência, porque, segundo a teoria kantiana, o mundo que nos é dado é apenas fenômeno, ao lado de uma coisa em si transcendente e incognoscível (...) (LUKÁCS, 1969, p.73).

As análises e representações-gnosiológicas, negadoras de uma apreensão ontológica da realidade, tendem a uma leitura parcial da realidade. Contrapondo este tipo de análise Lukács (2012, p.304) assinala “[...] Quer tomemos a própria totalidade imediatamente dada, quer seus complexos parciais, o reconhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações”. Neste sentido, a apreensão do concreto, ao partir da abstração deve levar sempre em consideração a dependência real ao ser, já que sua ausência nos conduzirá a ilusões idealistas e a práticas fadadas ao fracasso imediato. É preciso termos bem claro que partir do abstrato ao concreto conforme Marx (2011) é somente o modo do pensamento de apropria-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de maneira alguma é o processo de gênese do próprio concreto.

Em Kant, segundo Chasin (1987), “[...] é a subjetividade que organiza a objetividade do mundo”. Esta noção vai fundamentar a práxis de boa parte do marxismo subjetivista, de existencialistas, pós-estruturalistas e engrossar a fundamentação do fetiche e das representações como algo que rege o mundo independente da vontade dos sujeitos. Pior, é uma noção do fetiche que parece reger-se sozinho e independente, como se não fossem os humanos em suas relações que criassem e realizassem o próprio fetiche. Tal leitura induz a análises do capitalismo sem sujeito, da autonomia do valor perante aos processos sociais e da inevitabilidade do fim do capitalismo por si só, fato que conduz a uma prática dissociada da realidade. Para superarmos estas visões, é preciso entender que as instituições, são criações humanas e não de especulações metafísicas, e, neste sentido, dependendo da conjuntura histórica, estas podem ser usadas a favor ou contra os interesses da humanidade.

Já no início do século XX, num período de crises e de uma Guerra Mundial surgiram expressões filosóficas que tenderam a naturalizar os seres humanos numa perspectiva da condição humana fatalista e que nega a historicidade do vir a ser, a partir de uma leitura existencialista fenomenológica. Heidegger é uma das maiores expressões desta forma de consciência de intervenção no mundo.

De acordo com Lukács (2012), influenciado em determinados aspectos por Wittgenstein e seu logicismo, Heidegger em seu celebre *Ser e Tempo* tende a analisar o real a partir da experiência subjetiva cotidiana do ser, pelo fenômeno, como se este já fosse a própria essência da realidade. A morte da história ou mesmo eternização do tempo em Heidegger fica mais evidente segundo Lukács (2012, p.87), quando aquele tende a tornar ontológicas questões como a angústia, o medo, a impessoalidade sem contextualizá-las em sua historicidade. Discordo exemplificando que a angústia em homens em tempos pretéritos não é a mesma dos homens na sociedade capitalista, assim como o medo e a impessoalidade. Percebemos aqui a eternização e a generalização dos processos sociais, fato idêntico à generalização dos modelos lógicos de Wittgenstein (LUKÁCS, 2012) ao refletir sobre o neopositivismo e o existencialismo³.

A abstração exacerbada do proceder metodológico de Heidegger nega as mediações concretas, pois parte de uma imediatividade formal e, portanto, de uma abstração-universal transformando a autêntica dialética de fenômeno e essência em uma contradição abstrata. É válido assinalar que as contradições e a dialética ocorrem na realidade e não no pensamento. Segundo Lukács (2012) em Wittgenstein e em Heidegger temos a negação da gênese histórica dos processos e a mesma se torna atemporal. Isto é extremamente prejudicial, pois ocultam as contradições e mediações que evidenciam a essência dos fenômenos em sua processualidade, mascarando a coisa em si, historicamente datada. Um exemplo é que ao estudarmos o modo de produção capitalista sem considerar sua gênese ontológica, corremos o risco de encobrir séculos de exploração, mortes, espoliação e validar a tese capitalista de que a relação capital-trabalho é de fato equivalente e justa.

Com perspectiva diferente mais em essência estabelecendo nexos próximos com o neopositivismo e com o existencialismo, o estruturalismo de Foucault tende a partir de perspectivas diferenciadas a eliminar a história. Foucault⁴ (2002; 2010) em seu método estrutural propunha a criação de uma nova episteme de análise do mundo com enfoque na genealogia dos saberes, dos autores e na arqueologia do saber. A análise discursiva e a linguagem foram fulcrais em sua analítica. Foucault (2010) afirma que este método é uma descrição dos discursos.

Segundo Japiassu (1979), Foucault tinha o intuito de estudar os momentos sucessivos da episteme ocidental, e neste sentido se propunha fazer uma epistemologia arqueológica das ciências.

Enquanto epistemologia, a “arqueologia” de Foucault pode colocar-se sob o patrocínio da filosofia do conceito, pois sua teoria da episteme outra coisa não é, como ele próprio reconhece, senão a teoria de um sistema. Não se trata de uma teoria do método científico, mas de uma teoria do dispositivo que funda o sistema das ciências, seu campo epistemológico, sua estrutura e sua história. Ele chega ao conceito de episteme por uma démarche arqueológica: busca das gêneses ideais da época clássica [...] (JAPIASSU, 1979, p.126).

Os livros: *As Palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2002; 2010) são obras substâncias para este método de análise. Nelas o autor traça a proposta de um corte epistêmico na história a partir da ideia da ruptura perdendo os traços com a totalidade dos processos e o pior uma história sem continuidades. Segundo Lima (2017)

Esta opção metodológica pode ser perigosa, visto que, analisar a realidade somente em sua sincronia e levando em consideração somente as rupturas e descontinuidades, esquece-se que o real é permeado de permanências e continuidades. Além do que, negar a diacronia é negar o contexto histórico de determinados acontecimentos e de determinados autores. Isso permite, por exemplo, através da linguagem e da análise do discurso, descontextualizarmos os fenômenos em sua historicidade, despolitizar conceitos datados historicamente, nos permite ainda fazermos leituras de somente um fragmento da obra de um autor e ter isso como a totalidade do pensamento do mesmo, dentre outros perigos como o de anularmos a história enquanto perspectiva de análise. (LIMA, 2017, p. 47-48).

Japiassu (1979, p.128) atenta que na recusa da história e suas permanências “a arqueologia e o a priori histórico de Foucault parecem condenar a história, pois não pertencem a um sujeito histórico”. As obras *A Arqueologia do Saber* (2010) e *As palavras e as coisas* (2002) de Foucault abrem um vasto caminho de possibilidades de interpretação da realidade, e desta forma permite a transformação da história em uma

interpretação subjetiva e relativista, criando possibilidades de manipulações da realidade, trazendo prejuízos danosos para nossa prática política. Estas obras condenam a história como proposta analítica de interpretação da realidade, além de relativiza-la. Moraes (2008, p.38) assinala que

(...) O método foucaultiano, se é possível falar nisso, salienta que a “história” (objeto) é necessariamente um “discurso”, isto é, uma memória e uma interpretação construída e difundida. Seria, enfim, um registro parcial e subjetivo dos fatos, estes para sempre perdidos enquanto objetividades. Vale apontar que as perspectivas pós-modernas também nutrem grande simpatia por este ponto de vista.

Nesta perspectiva o sistema linguístico de Foucault reduz a realidade a discursos, interpretações subjetivas, a morte da perspectiva dialética e da história, inserindo no lugar desta, conforme Coutinho (2010, p. 163), uma pseudo-historicidade que vai ter a função de ordenar a sucessão de epistemes. Percebe-se que a análise foucaultiana não ultrapassa o debate gnosiológico e da teoria do conhecimento, e em determinados momentos, tem o papel de obscurecer a realidade.

Com estas reflexões, não estou querendo homogeneizar ou mesmo dizer que estas diferentes formas de consciência traduzidas no pensamento filosófico: positivismo, neopositivismo, existencialismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo são a mesma coisa. Pelo contrário, são expressões datadas historicamente em contextos diferentes e com particularidades próprias, se opondo inclusive abstratamente no campo da teoria. Basta citar as diferenciações entre o existencialismo francês que mostrou preocupações pelos problemas sociais e políticos, dialogando em alguns momentos com o marxismo, caso de alguns autores como Sartre; e o existencialismo alemão debatido por Lukács (1959) que demonstra sua efetiva participação no chamado “nacional-socialismo”. Percebe-se aqui a adesão do existencialismo em duas práticas e posições políticas de mundo divergentes.

O objetivo dessas reflexões são a de elucidar que quando analisarmos profundamente estas diferentes formas de consciência, percebemos que a essência destas manifestações filosóficas em última instância tende a ocultar a razão dialética, as contradições, a história, as mediações e processos reais, que são substituídas pela manipulação intelectual abstrata da realidade e da práxis, como nos revela Coutinho (2010) ao debater o estruturalismo e a miséria da razão. Neste sentido, as funções sociais destas formas de consciência, na práxis, contribuem para procedimentos de análise do real de forma fetichizada e para uma práxis irracionalista, imediatista, colaborando para a manutenção da sociabilidade do capital, que quando entendida somente na aparência, parece ser a melhor de todas as sociabilidades. Pensemos na mercadoria, que em sua aparência esconde as múltiplas determinações da sociabilidade do capital. Segundo Lukács (2012, p.306), estas só podem ser apreendidas através da compreensão da análise crítico-ontológica da dialética dos procedimentos histórico-genéticos e abstrativo-sistematizantes.

Novamente insistimos que a intenção não é homogeneizar essas diferentes formas de consciência prática de intervenção no mundo, mas sim assinalar que estas, vão influenciar diretamente na ação política de marxistas subjetivistas, pós-marxistas, anarquistas, pós-estruturalistas, na prática da extrema direita, ou seja, vai refletir numa prática antidialética, a-histórica ou com uma história subjetiva, imediatista e irracionalista. Na prática, a subjetivação da objetividade histórica abre margem para a transformação de fatos e mediações concretos em interpretações subjetivas e para a defesa ideológica dos

burgueses em afirmar a inexistência da luta de classes, a não existência de fatos históricos concretos como a ditadura militar e o racismo no Brasil, a negação dos processos históricos de exploração contidos na relação capital-trabalho e em alguns extremos, temos o caso de historiadores neonazistas que defendem a inexistência do holocausto.

Na realidade brasileira temos a crescente negação da ditadura civil-militar e mesmo uma tentativa de reescrever a história por parte da extrema direita, e nas últimas eleições a negação da objetividade das coisas por Fake News, de certa forma, contribuiu para a eleição do atual presidente, o “messias” salvador. Estes são os perigos de relativizar a história que, de certo modo, pode fornecer a base ideológica para a práxis reacionária da burguesia, sobretudo em conjunturas de crises. Além do mais, permite-se de forma mágica, dissociar autores e suas obras de suas práticas políticas e posições de classe, a exemplo dos adoradores de Nietzsche e Heidegger que negam a visão aristocrática e contrária ao comunismo do primeiro e a participação integral no nazi-fascismo do segundo, tudo isto a partir do corte epistêmico.

Exemplificando de forma sucinta, a prática baseada nessa leitura de mundo, do real como um fragmento aparente, pode conduzir a práticas cotidianas reacionárias, como de defender o jargão do “bandido bom é bandido morto”, bem como pautas econômicas contrárias à sua condição de classes, ou mesmo na defesa do latifúndio e do capital. Os dados econômicos desvinculados da totalidade favoreceram a manipulações que legitimaram “reformas” econômicas como demonstraremos a seguir.

Os cortes e negação da realidade concreta criam um poderoso instrumento ideológico de controle e reprodução social de massas favorecendo a práxis pautadas no conservadorismo que utiliza a pós-verdade para os interesses do capital. É preciso que tenhamos noção de que as ideias se materializam na práxis humana, seja para liberta-la ou dominá-la. O retorno e aprofundamento a categoria da ideologia (falsa ou verdadeira) é fundamental para não cometermos o equívoco de negar o seu papel como expressão da consciência que se transforma em força material capaz de influenciar na ação política concreta.

Os cortes epistemológicos como instrumentos de manipulação política e econômica: o exemplo do Brasil.

A negação da realidade enquanto totalidade por cortes epistemológicos se tornou um grande instrumento de manipulação da realidade e práxis operativa das direitas no mundo, influenciando inclusive dimensões escalares da política nacional e internacional, a exemplo das últimas eleições presidenciais dos E.U.A e do Brasil. Por certo, esse instrumento já era utilizado pelos nazistas alemães para enganar a opinião pública. Era de costume em alguns campos de concentração tirar fotografias e recortes alegóricos dos prisioneiros de guerra, criando um cenário de que os mesmos eram bem tratados, quando a totalidade dos fatos mostrou justamente o contrário.

Recentemente no Brasil, tivemos fatos típicos de como os recortes da realidade, a desvinculação da forma-conteúdo podem mudar os rumos de um país. Esses fatos devem ser compreendidos na conjuntura histórica da crise estrutural do capital e sua necessidade de ampliação da taxa de lucros.

Segundo Lima (2016), o Brasil vem passando por uma “profunda crise político-econômica-social”, desde antes do ato que retirou a presidente Dilma Rousseff e se estende até os dias atuais. Essa conjuntura abriu possibilidades da ascensão reacionária e para manipulações da realidade em prol do aprofundamento de “reformas” neoliberais, que apesar de já estarem presentes nas gestões do PT, se aprofundaram intensamente a partir de 2016.

Associada a dimensão da crise, a “famosa” Operação Lava Jato que teve início no ano de 2009⁵, tendo como um dos principais protagonistas o Juiz de primeira instância Sergio Moro, promoveram um dos maiores escândalos de grampo e vazamento telefônicos do Brasil. Na ocasião, o então Juiz, liberou a divulgação de grampos telefônicos de conversas do ex-presidente Luiz Inácio da Silva e da então presidenta Dilma Rousseff, que logo foi apresentada em rede nacional pela grande mídia. Naquele momento, a defesa do juiz foi a de que não importava a forma como se conseguiu os conteúdos, mas o conteúdo em si⁶. Sucederam-se daí uma série de procedimentos de recortes documentais, acusações via delações e por convicções que levaram a prisão do então ex-presidente Lula. Vários pedidos de anulação do julgamento, de habeas corpus, foram negados, fato que inegavelmente impediram a candidatura de Lula a presidência, contribuindo de forma indireta para ascensão do populismo de direita ao poder. A campanha presidencial foi de fato uma das mais irracionais da história, com ausência de candidato a debates, à *Fake News* com inverdades absurdas, mas que enganaram boa parte da população. Fato que contribuiu para a atual situação nacional de políticas de austeridade, de violência, de desemprego, de privatizações.

Passados três anos dos vazamentos telefônicos, no dia nove de junho de 2019, o site The Intercept⁷, começou a divulgar dados que apontaram para uma série de incoerências, manipulações da operação Lava Jato. O fenômeno das divulgações ficou conhecido como “vaza jato” e logo foi atacado pelo Juiz Sergio Moro com a velha estratégia dos cortes do real. As argumentações de Moro foram inversas ao que ele havia afirmado anos atrás. Para ele não importava o conteúdo do que o The Intercept estava divulgando, mas a forma como conseguiram as informações, recebendo ou comprando de um suposto *hacker*, portanto era ilegal⁸. Aqui fica evidente o grau de manipulação que pode ser exercido pelo esquartejamento da realidade em fragmentos, negando-a como totalidade.

Mas essa práxis não se encerra aí. A necessidade das reformas neoliberais almejando o crescimento das taxas de lucros exigiu contorcionismos da realidade. A crise do capital se materializa concretamente na decadência do padrão de acumulação taylorista-fordista e transição para a chamada acumulação flexível (HARVEY, 2006) objetivando-se na flexibilização e precarização das relações trabalhistas, mudanças na composição orgânica do capital (a relação capital constante e capital variável), mudanças nas formas de organização do processo produtivo, espoliação e ascensão neoliberal. Nessa conjuntura, uma série de políticas de austeridade vem sendo implementadas no Brasil, com o intuito de aumentar as taxas de lucros do capital, a exemplo da Emenda Constitucional 95, a contra-reforma trabalhista, assim como a “reforma da previdência”. As duas primeiras aprovadas na gestão de Michel Temer, a última aprovada na gestão de Jair Messias Bolsonaro. Os efeitos para a classe trabalhadora estão sendo devastadores.

No que concerne à previdência, o discurso governamental afirmava que esta era deficitária, que a população envelhecida estava dando prejuízos e que para o país não quebrar precisávamos aprovar com urgência a reforma da previdência. No entanto, a retórica governamental era falsa. De acordo com Fattorelli (2019), a previdência social brasileira não estava dando déficit, mas sim superávit. Além do mais, a previdência está inserida na seguridade social que contém o SUS e um amplo processo de arrecadações tributárias e estava dando lucros. Na prática, o governo fez o cálculo da previdência desvinculando-a da seguridade, um claro ato de manipulação dos dados reais. Depois, o “debate público” da previdência era feito desvinculando a mesma da chamada “dívida Pública”. Esse é um fato inadmissível, visto que, essa tem grande peso na crise no Brasil.

Fattorelli (2019), afirma que no início de 2019 tínhamos dinheiro líquido em abundância nos cofres públicos brasileiros, existindo disponível no caixa do Tesouro Nacional R\$ 1,27 trilhão; no Banco Central R\$ 1,13 trilhão, e em reservas Internacionais US\$ 375 bilhões o equivalente a R\$ 1,453 trilhão totalizando quase 4 trilhões, portanto, recursos que poderiam melhorar nossas aposentadorias, diminuir o tempo de trabalho das pessoas, aumentar recursos em educação e saúde. No entanto, o que vimos foi o aumento do desemprego formal, falência de empresas, redução dos recursos na educação e saúde e uma série de políticas que massacram os mais pobres.

O que existe por trás disso tudo? Para entendermos faz-se necessário relacionar essas questões a dívida “pública”, que segundo Fattorelli (2017), é um enorme esquema de corrupção institucionalizado que possibilita o desvio de recursos públicos para o mercado financeiro. Acrescenta ainda que a dívida “pública” brasileira é uma dívida privada comprada por grandes instituições financeiras e fundos de pensão que tem o direito de comprá-las diretamente no Tesouro Nacional e usufruirmos de seus rendimentos a partir do Banco Central. Fattorelli (2019, p.2) informa que do total do orçamento federal executado no ano de 2018, correspondente a R\$ 2,621 trilhões, 40,66% foram para pagar juros e amortizações da dívida ao capital financeiro, aproximadamente um total de R\$ 1,065 trilhão. Em 2019, de R\$ 2,711 trilhões do orçamento, o valor dos juros e amortizações foi de 1,038 trilhão correspondendo à 38,27% de nossos gastos. Esses trilhões gastos anualmente, corresponderam a R\$ 2,9 e R\$2,8 bilhões por dia.

No ano de 2018, 24,48% do orçamento foram para a previdência ficando explícito o interesse do grande capital na reforma previdenciária, almejando essa parcela de riquezas da previdência social, vale lembrar que Paulo Guedes está diretamente ligado aos grupos do capital financeiro e fundos de pensão. Se a previdência estava dando lucros, por que fazer uma reforma da previdência? Por que não houve um combate à sonegação das grandes instituições e taxação de grandes fortunas? Por que foram perdoadas as dívidas financeiras de grandes instituições ligadas ao setor bancário e do agronegócio? Evidencia-se, aqui, a luta de classes pela posse das riquezas do país, com o grande capital ficando com a maior parte. Basta comparar com os percentuais designados para a saúde e educação com 4,21 % e 3,48% respectivamente em 2019. Neste sentido, percebe-se que houve toda uma manipulação da realidade a partir dos números e da negação dos processos em sua totalidade ficando claro como os cortes da realidade, sua negação enquanto totalidade é utilizada para nos manipular, efetivando a práxis político-ideológica da direita.

Por fim cito mais dois fatos. No intuito de manipular a opinião pública e desqualificar os professores universitários, o atual ministro da educação Abraham Weintraub⁹ ao criticar o salário dos docentes, no caso das “zebras gordas” afirmou que o problema do MEC era: “gastar uma fortuna com um grupo pequeno de pessoas”, os professores das universidades federais. “Tenho de ir atrás da zebra mais gorda, que está na universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil” disse o ministro. A assertiva de Weintraub é uma grande manipulação da realidade e expõe seu caráter ideológico. Primeiro, a maioria dos professores não recebem esse salário, existe um plano de carreira até chegar ao salário assinalado, isso ocorre depois de muitos anos de trabalho, já no final de carreira. Segundo, os professores não dão somente aulas, eles desenvolvem várias atividades de ensino, pesquisa, extensão e mesmo atividades administrativas que muitas vezes excedem às 40 horas semanais. Percebe-se aqui um nítido ataque aos docentes e as universidades com propósitos de maior sucateamento e privatização a exemplo do programa “Future-se”.

A outra manipulação é no ataque ao funcionalismo público para aprovar a PEC emergencial e a proposta de reforma administrativa. As retóricas são de que há muitos funcionários públicos em comparação com o restante do mundo, e que a folha de pagamento onera as contas públicas. Tais assertivas seguem o corte da classe do capital e são baseadas no documento do Banco Mundial intitulado: *Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro: o que os dados dizem?* O documento é recheado de comparações de realidades históricas incomparáveis e de minuciosas artimanhas que manipulam o real. Uma rápida pesquisa desbanca isso. Segundo dados da OCDE em levantamento feito para analisar o funcionalismo público em 30 países, o Brasil ocupa a 26ª posição. Os sites do IBGE e IPEA também, desmistificam questões sobre os salários e o peso na folha de pagamento. Além do mais, as economias de muitas cidades brasileiras estão diretamente ligadas à renda do funcionalismo público, de aposentadorias e programas assistenciais que se reduzidos impactam a economia. O que temos de fato no Brasil é um aprofundamento dos conflitos de classes expressos nas “reformas” econômicas mediante a crise do capital.

Conclusão

A miséria da razão (COUTINHO, 2010) é fruto da decadência ideológica da burguesia em tempos de crise do capital. A atual conjuntura histórica de crise vem fomentando a ascensão conservadora, reacionária, da miséria da razão, da negação da história concreta, da dialética do mundo real pela redução e manipulação das mesmas a critérios subjetivistas sem mediações com a objetividade do real. Isso cria mentalidades e práticas irracionistas como práxis cotidiana. É preciso ter clara a relação dialética objetividade-subjetividade para não cairmos na cilada de negarmos o real concreto e seus fatos históricos por interpretações subjetivistas.

Essa negação da realidade vem demonstrando na prática qual o marco teórico epistemológico da direita, que infelizmente teve bastante contribuição de perspectivas metodológicas como a fenomenologia, do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Aqui de maneira alguma estamos negando a importância da

subjetividade, pelo contrário, ela é fundamental, o que assinalamos é a importância de sua mediação com o concreto real.

A falta de mediações com a objetividade e a negação dos processos concretos em prol da experiência subjetiva, descontextualizadas dos processos históricos, leva a transformação da história enquanto um processo objetivo-concreto¹⁰, em especulativa-subjetiva. Quando afirmamos isto não estamos caindo em um materialismo vulgar que nega as abstrações, pelo contrário, estamos reafirmando a dialética do abstrato concreto.

Negar isto em prol de uma perspectiva abstrato-subjetiva é em si um procedimento perigosíssimo, visto que temos a inversão dialética onde a consciência agora é que determina o homem e não o seu contrário.

Na prática a negação da história por manipulações epistemológicas vem sendo fortemente utilizadas no Brasil no presente a partir de gurus irracionalistas e da ascensão de lideranças políticas fanáticas que em nome de suas ideologias negam a ditadura militar e outras atrocidades mais. O discurso da pós-verdade, a relativização extrema dos fatos, a criação de falsas verdades se manifesta como práxis operante da extrema direita e vem manipulando parte da sociedade brasileira a exemplo das “reformas” econômicas e negações da pandemia da COVID-19.

Como contraponto nos resta à disputa ideológica em todos os espaços, um retorno à razão dialética para além da “miséria da razão”, a compreensão da realidade concreta em seu jogo dialético da totalidade e a luta de classes nas ruas.

Referências bibliográficas

CHASIN, José. **Método dialético**. Arquivo marxista na internet. Seção em português. s/d. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/ano/mes/metodo.htm>> Acesso em 20/12/2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FATTORELLI, Maria Lucia. “A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado”. In: carta capital. Entrevista em 12 de agosto de 2017.

FATTORELLI, Maria Lucia. **A previdência Social é o maior patrimônio social do Brasil. Auditoria cidadã**, 2019. Disponível em < <https://auditoriacidada.org.br/>> Acesso em 21/02/2020.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 3 ed, 1979.

LIMA, Átila de Menezes. **Brasil, o ornitorrinco esquizofrênico conservador: notas críticas sobre a crise econômico-política atual**. Revista pegada – Vol.17, n. 2.

LIMA, Átila de Menezes. **Geografia histórica e escala espaço-temporal: debates teórico-metodológicos para compreender o processo de eletrificação do Brasil (1954-1967) a partir do plano nacional de eletrificação**. Revista Formação (ONLINE). Vol. 24; n.43, set-dez/2017. p. 43-63.

- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- LUKÁCS, GYORGY. **Conversando com Lukács**. Org: Leo Kofler; Wolfgang Abendroth; Hans Heinz Holz. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1969.
- LUKÁCS, GYORGY. **El Asalto a la Razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Fondo de Cultura Económica. México-Buenos Aires, 1959.
- LUKÁCS, GYORGY. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história do Brasil**. 3ª ed. São Paulo. Annablume, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Abril cultural. São Paulo, 1974.
- RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 252 p.
-

Notas

- ¹ Professor adjunto do curso de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1140-3465> E-mail: atilageohis@gmail.com
- ² Compreendo a miséria da razão como o processo irracionalista de negação da razão dialética, da negação da totalidade e da história enquanto um processo de continuidades e rupturas.
- ³ Ver o capítulo Neopositivismo e existencialismo do livro I da ontologia do ser social de Lukács (2012).
- ⁴ Para aprofundar as críticas a Foucault, ver Coutinho (2010) em suas reflexões sobre o estruturalismo e a miséria da razão e a tese de Rodrigues (2006) denominada, Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno.
- ⁵ Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico>> Acesso em 10/02/2020.
- ⁶ Apesar de reconhecer erro no grampo o mesmo considerou válida a divulgação. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/moro-reconhece-erro-grampo-dilma-lula-nao-recua>> Acesso em 10/02/2020.
- ⁷ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>> Acesso em 10/02/2020.
- ⁸ Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/vazamentos-do-the-intercept-brasil-sao-legais-preveem-medidas-defendidas-por-moro-e-dallagnol/>> Acesso em 10/02/2020.
- ⁹ Disponível em <<https://istoe.com.br/ministro-da-educacao-critica-salario-de-professor-zebra-gorda/>> Acesso em 18/02/2020.
- ¹⁰ O real é concreto, pois é a síntese de múltiplas determinações. Neste sentido é a relação dialética entre fatores econômicos e extraeconômicos, entre condições objetivas e subjetivas, sendo necessário buscarmos aquilo que Marx denominava de momento predominante.

Recebido em: 01.03.2020

Aprovado em: 23.05.2020